

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ  
Carlos Alberto Richa  
*Governador*

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO  
E COORDENAÇÃO GERAL  
Cassio Taniguchi  
*Secretário*

INSTITUTO PARANAENSE DE  
DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES  
Gilmar Mendes Lourenço  
*Diretor-Presidente*

Emilio Kenji Shibata  
*Diretor Administrativo-Financeiro*

Julio Takeshi Suzuki Júnior  
*Diretor do Centro de Pesquisa*

Daniel Nojima  
*Diretor do Centro Estadual de Estatística*

#### EDITORAÇÃO

Maria Laura Zocolotti  
*Supervisão editorial*

Léia Rachel Castellar  
*Diagramação*

Claudia Ortiz  
*Revisão de texto*

Stella Maris Gazziero  
*Projeto gráfico*

## A REGIÃO SUL E A SUDESUL

*Gilmar Mendes Lourenço\**

A bandeira de recriação da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (Sudesul), extinta em 1990, no começo do governo Collor, carregada pelos três estados da Região Sul, constitui passo decisivo na direção da restauração do equilíbrio federativo brasileiro, na medida em que, afora o Sul e o Sudeste, os demais campos geográficos são cobertos por instâncias ou agências regionais voltadas ao desenvolvimento ou especificamente ao fomento.

Uma breve apreciação do desenho evolutivo da distribuição espacial da renda gerada no País no decorrer de uma década, encerrada em 2012, preparado a partir das estatísticas apuradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), permite apreender a preservação de pronunciada concentração econômica, no eixo dinâmico formado pelas regiões Sudeste e Sul, representando, no conjunto, 71,4% do esforço produtivo nacional, contra 73,6% em 2002 (tabela 1).

Por certo, trata-se de discreta queda, em um razoável intervalo de tempo, em favor do Centro-Oeste, Norte e Nordeste, que, a rigor, desabona qualquer avaliação mais otimista acerca da minimização das disparidades inter-regionais na apropriação do produto social e enfraquece a retórica oficial, baseada predominantemente no papel exercido pelos programas de transferência de renda – Bolsa Família, valorização do salário mínimo, Minha Casa Minha Vida, entre outros –, no estímulo à implantação de linhas de produção dotadas de maior agregação de valor e, por consequência, na superação estrutural da anemia econômica dos redutos mais pobres do Brasil.

Mesmo em áreas consideradas menos desenvolvidas, a marcha dos negócios está ancorada no vigor de alguns poucos estados, subordinados a decisões de realização de vultosos empreendimentos de empresas estatais e/ou privadas, bancados por linhas de créditos subsidiadas de instituições financeiras públicas, lastreadas por transações com bônus do Tesouro Nacional.

---

\* Economista, diretor-presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

TABELA 1 - PARTICIPAÇÃO DAS GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO NO PRODUTO INTERNO BRUTO - 2002-2012

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	PARTICIPAÇÃO (%)										
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Norte</b>	<b>4,7</b>	<b>4,8</b>	<b>4,9</b>	<b>5,0</b>	<b>5,1</b>	<b>5,0</b>	<b>5,1</b>	<b>5,0</b>	<b>5,3</b>	<b>5,4</b>	<b>5,3</b>
Rondônia	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,7	0,7
Acre	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Amazonas	1,5	1,5	1,6	1,6	1,7	1,6	1,5	1,5	1,6	1,6	1,5
Roraima	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Pará	1,7	1,8	1,8	1,8	1,9	1,9	1,9	1,8	2,1	2,1	2,1
Amapá	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Tocantins	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,4	0,4
<b>Nordeste</b>	<b>13,0</b>	<b>12,8</b>	<b>12,7</b>	<b>13,1</b>	<b>13,1</b>	<b>13,1</b>	<b>13,1</b>	<b>13,5</b>	<b>13,5</b>	<b>13,4</b>	<b>13,6</b>
Maranhão	1,0	1,1	1,1	1,2	1,2	1,2	1,3	1,2	1,2	1,3	1,3
Piauí	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Ceará	2,0	1,9	1,9	1,9	2,0	1,9	2,0	2,0	2,1	2,1	2,1
Rio Grande do Norte	0,8	0,8	0,8	0,8	0,9	0,9	0,8	0,9	0,9	0,9	0,9
Paraíba	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,9	0,8	0,9	0,9
Pernambuco	2,4	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,4	2,5	2,5	2,7
Alagoas	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7
Sergipe	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Bahia	4,1	4,0	4,1	4,2	4,1	4,1	4,0	4,2	4,1	3,9	3,8
<b>Sudeste</b>	<b>56,7</b>	<b>55,8</b>	<b>55,8</b>	<b>56,5</b>	<b>56,8</b>	<b>56,4</b>	<b>56,0</b>	<b>55,3</b>	<b>55,4</b>	<b>55,4</b>	<b>55,2</b>
Minas Gerais	8,6	8,8	9,1	9,0	9,1	9,1	9,3	8,9	9,3	9,3	9,2
Espírito Santo	1,8	1,8	2,1	2,2	2,2	2,3	2,3	2,1	2,2	2,4	2,4
Rio de Janeiro	11,6	11,1	11,5	11,5	11,6	11,2	11,3	10,9	10,8	11,2	11,5
São Paulo	34,6	34,1	33,1	33,9	33,9	33,9	33,1	33,5	33,1	32,6	32,1
<b>Sul</b>	<b>16,9</b>	<b>17,7</b>	<b>17,4</b>	<b>16,6</b>	<b>16,3</b>	<b>16,6</b>	<b>16,6</b>	<b>16,5</b>	<b>16,5</b>	<b>16,2</b>	<b>16,2</b>
Paraná	6,0	6,4	6,3	5,9	5,8	6,1	5,9	5,9	5,8	5,8	5,8
Santa Catarina	3,8	3,9	4,0	4,0	3,9	3,9	4,1	4,0	4,0	4,1	4,0
Rio Grande do Sul	7,1	7,3	7,1	6,7	6,6	6,6	6,6	6,7	6,7	6,4	6,3
<b>Centro-Oeste</b>	<b>8,8</b>	<b>9,0</b>	<b>9,1</b>	<b>8,9</b>	<b>8,7</b>	<b>8,9</b>	<b>9,2</b>	<b>9,6</b>	<b>9,3</b>	<b>9,6</b>	<b>9,8</b>
Mato Grosso do Sul	1,0	1,1	1,1	1,0	1,0	1,1	1,1	1,1	1,2	1,2	1,2
Mato Grosso	1,4	1,6	1,9	1,7	1,5	1,6	1,8	1,8	1,6	1,7	1,8
Goiás	2,5	2,5	2,5	2,4	2,4	2,5	2,5	2,6	2,6	2,7	2,8
Distrito Federal	3,8	3,7	3,6	3,8	3,8	3,8	3,9	4,1	4,0	4,0	3,9

FONTE: IBGE, em parceria com Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)

Mais precisamente, a subida experimentada pela Região Norte, na contribuição ao produto interno bruto (PIB) brasileiro de 4,7%, em 2002, para 5,3%, em 2012, restringiu-se à continuidade do avanço da fronteira mineral e agroindustrial, atestada pelo aumento da participação do Pará, por conta da maturação dos investimentos da companhia Vale, e de Rondônia. A segunda instância em importância no Norte ainda é o Amazonas, escorado nas operações industriais da Zona Franca de Manaus.

O Nordeste observou elevação do peso relativo de 13% para 13,6%, em face do desempenho do Maranhão, explicado pelo derrame de verbas federais, e de Pernambuco, associado ao porto de Suape. A despeito das vultosas aplicações no porto de Pecem, a participação do Ceará ficou praticamente estável, e não obstante o funcionamento do polo petroquímico de Camaçari e do parque automotivo, a dimensão relativa da Bahia decresceu.

Já o Centro-Oeste exibiu avanço mais homogêneo e diversificado, saindo de 8,8%, em 2002, e chegando a 9,8%, em 2012, como reflexo do adensamento das cadeias articuladas ao agronegócio, cuja expansão foi em grande proporção deslocada do Sul, pelo esgotamento das áreas mais aptas a serem utilizadas para a agricultura. Todas as unidades ganharam participação, e os serviços do Distrito Federal preponderaram.

No Sudeste, percebeu-se a manutenção da tendência de perda de espaço de São Paulo (de 34,6% para 32,1%), esboçada desde os anos 70, e imputada presentemente à maior velocidade de incremento dos demais estados e à reprodução plena do fenômeno da desindustrialização, ensejado pela confusa orientação macroeconômica do executivo federal, na maior e mais complexa base regional do País.

O acréscimo constatado na magnitude de Minas Gerais derivou da indústria metalmeccânica, capitaneada pela fabricação de automóveis e produtos metalúrgicos e siderúrgicos, e a ascensão do estado do Espírito Santo esteve atrelada ao funcionamento das atividades de petróleo e gás, mineração, papel e celulose e portuárias. A estabilização do Rio de Janeiro no patamar de 11,5% do PIB brasileiro é justificada pela extração e refino de petróleo.

Em direção análoga à do Sudeste, o Sul também acusou enfraquecimento na formação da renda do País, descendo de 16,9%, em 2002, para 16,2%, em 2012, com Santa Catarina esboçando moderada elevação (de 3,8% para 4%), Paraná recuando de 6% para 5,8% (depois de alcançar 6,4% em 2003) e Rio Grande do Sul, despencando de 7,1% para 6,3% (tendo atingido 7,3% em 2003).

Com especialização no agronegócio e nos estabelecimentos da metalmeccânica, de material elétrico, de transporte e da petroquímica (Rio Grande do Sul e Paraná) e da metalurgia e siderurgia (Santa Catarina), a região vem sendo duramente castigada pela desidratação do setor manufatureiro, provocada por uma gestão macroeconômica despreocupada com o investimento, produtividade e competitividade das firmas, dentro e fora dos limites geográficos da nação. Acrescente-se, no caso do RS, a situação de deterioração das finanças estaduais.

Outro complicador reside na participação de apenas 13,3% (em 2012) do espaço meridional no valor das incorporações, obras e/ou serviços de construção no Brasil, ficando atrás do grupo de quatro unidades (de nove) do Nordeste, composto por Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão, que representaram 14,6% do total, conforme o IBGE.

O quadro de contração da parcela do Sul na constituição da renda interna brasileira, em paralelo à acentuada discrepância entre a contribuição no recolhimento de tributos federais e as aplicações da União na região – a título e exemplo, o Paraná é quinta unidade da Federação em arrecadação de impostos e a 24.º em inversões federais –, precipitou a ideia de ressurgimento da Sudesul.

O embrião foi gestado por ocasião da Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (CNDR), promovida pelo Ministério da Integração Nacional, e a execução do projeto ficou inicialmente a cargo das secretarias de planejamento dos três estados e, na sequência, do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

O banco confeccionou uma proposta que prevê apoio em fundos federais constitucionais e orçamentários, sob a tutela da futura superintendência, que pode ultrapassar R\$ 8 bilhões/ano, a serem empregados em infraestrutura. Ao defender a ancoragem em recursos institucionais procedentes da União, a recomendação do BRDE revela-se mais ampla e consistente do que a proposição do senador Paulo Paim (PT-RS), que tramita no Congresso Nacional desde 2007, e acena com a simples instalação da superintendência, desprovida de garantias de haveres financeiros para os programas englobados pelo órgão.

Após deliberação dos governadores, em reunião do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul), em Porto Alegre, o documento final seguiu à Presidência da República, em dezembro de 2013, sem a identificação de qualquer encaminhamento relevante desde então.

Nessas circunstâncias, parece crucial o envolvimento imediato dos atores políticos e sociais regionais, incluindo representantes dos governos, de empresários, trabalhadores, universidades e conselhos profissionais, especialmente da categoria dos economistas, no aprofundamento da discussão do assunto e na subsequente intermediação dos interesses em pauta.